

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Nota à 7a edição</i>	5
<i>Apresentação</i>	9
<i>Siglas e abreviaturas</i>	11

CAPÍTULO 1

MINISTÉRIO PÚBLICO

E JUSTIÇA

1. A jurisdição	21
2. O Ministério Público e a pacificação social.....	27
3. O Ministério Público e a jurisdição.....	29
4. O ofício de Ministério Público	35
5. O Ministério Público como defensor do povo	39
6. A promoção da ação penal pública	39

7. A promoção da ação civil pública	41
8. A defesa dos interesses das populações indígenas	44
9. A defesa das pessoas hipossuficientes	45
10. O Ministério Público e as transações	47
11. O Ministério Público e a assistência judiciária.....	50
12. O aprimoramento do Judiciário	50
13. Conclusão.....	56

CAPÍTULO 2

MINISTÉRIO PÚBLICO

E DEMOCRACIA

1. Origens da norma constitucional	59
2. Colocações preliminares	68
3. A democracia e seus problemas.....	70
4. Um Ministério Público democrático	74
5. O papel do Ministério Público.....	77
6. Ministério Público e cidadania	84

CAPÍTULO 3

O ATENDIMENTO AO PÚBLICO

1. Visão geral	90
2. Origem da função	91
3. O direito de petição.....	92
4. Litigiosidade contida	94
5. O atendimento ao público como função institucional.....	95

6. Atipicidade da representação	97
7. O atendimento ao público como função típica	100
8. O primeiro contato com o atendido.....	101
9. Hipóteses mais frequentes de atendimento	102
10. Instalação do promotor na comarca.....	104
11. Divulgação no atendimento	105
12. Recomendações institucionais.....	106
13. Disciplina no atendimento	107
14. Dificuldades no atendimento	113
15. Outras recomendações	114
16. Aspectos psicológicos	115
17. Infraestrutura.....	116
18. Crítica da função.....	119
a) Generalidades.....	119
b) Desinteresse no atendimento	121
c) O atendimento nos grandes centros	122
d) Criação de Promotorias especializadas	122
e) Proteção ao hipossuficiente	127
19. O atendimento ao público necessariamente feito pelo promotor	128
20. O atendimento como arte	129
21. A tese apresentada ao XII Seminário Jurídico	130
22. O <i>ombudsman</i> e o defensor do povo	132
23. Recomendações específicas no atendimento	137
a) Memorandos e ofícios	137
b) Reclamação contra autoridades e advogados.....	138
c) Relacionamento com outras autoridades	139
d) Entrevistas à imprensa	140
e) Providências urgentes	146
f) Presença do advogado.....	147
g) Fogo-de-encontro.....	148

h) Tomada de declarações e depoimentos	149
i) Casos de aborto.....	151
j) Atenção no atendimento	152
k) Doentes mentais.....	153
l) Brigas de políticos e vizinhos	153
m) Passes de viagem	154
n) Alvarás judiciais	154
o) Processos nos tribunais	154
p) Depósitos judiciais	155
q) Contatos entre promotores e entre Ministérios	
Públicos diversos	156
r) Questões alheias ao Ministério Público	156
s) Suspeição e impedimento	158

CAPÍTULO 4

ANÁLISE CRÍTICA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A destinação institucional.....	163
2. O aspecto profissional.....	165
3. A formação acadêmica	166
4. O concurso de ingresso.....	168
5. O primeiro contato com a carreira	173
6. As garantias.....	181
7. Garantias nas atividades-meio	185
a) Autonomia administrativa	185
b) Autonomia financeira	186
c) Iniciativa de lei.....	186
8. Garantias nas atividades-fim	187
9. Garantias dos órgãos e agentes	187
a) Independência funcional.....	187

b) Irredutibilidade de subsídios	190
c) Vitaliciedade	193
d) Inamovibilidade	197
e) A escolha e os poderes do procurador-geral	198
f) O promotor natural	207
g) Vedação de promotor ad hoc	211
h) A responsabilidade do membro do Ministério Público ..	215
10. Os impedimentos e as vedações	218
11. Crítica ao sistema de garantias	225
12. A independência real do Ministério Público	226
13. O Conselho Nacional do Ministério Público	231
14. As Promotorias de Justiça	234
15. As Procuradorias de Justiça	237
16. Conclusão	239
 <i>Bibliografia específica</i>	 243
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	255